

A área dos direitos da criança tem melhorado muito em Portugal e no mundo, na verdade as crianças eram até recentemente invisíveis, propriedade dos pais, marginais de rua ou quando acolhidas em orfanatos, propriedade do Estado. A proclamação dos chamados Direitos da Criança (conhecida como Declaração de Genebra) e a defesa do seu superior interesse, no princípio do Século XX (1924), são fruto da organização de vários movimentos sociais e, simultaneamente, de um debate científico novo que colocou a criança no centro das atenções.

Em Portugal, a Declaração de Genebra foi assinada em 1927 e, em seu nome, desenvolveram-se sistemas de proteção social e judicial às crianças e jovens por todo o mundo (*in* Tomé, 2018). De seguida, foi a vez da Convenção dos Direitos da Criança ser ratificada em 1990. Colocamos a pergunta - 30 anos depois o que nos falta fazer nomeadamente no contexto específico da violência doméstica?

Quais são as principais preocupações que ouvimos nas estruturas de atendimento e casas de abrigo?

_ Mulheres e crianças que continuam a ser agredidas nos dias das visitas aos pais..., crianças que não querem estar com o pai e que desesperam antes e no dia da visita;

_ Mães que obrigam as crianças a visitarem os pais com medo de serem acusadas de alienação parental e de serem penalizadas pelo sistema judicial;

_ Mulheres que ousaram defender o superior interesse das suas filhas e filhos incumprindo com regimes de visitas desadequados e que são arguidas em processos de alienação parental;

_ Regimes de visitas fixados com exigência de supervisão técnica e mães e crianças descuradas na sua segurança porque naquele sítio todas as famílias têm igual tratamento... Desconsidera-se que, naquela família, como em outras, existe ou existiu a prática de um crime daí a necessidade desta supervisão;

_ Crianças que continuam a não ser reconhecidas como vítimas de violência doméstica - não lhes sendo atribuído o Estatuto de Vítima de acordo com a Lei 112/2009 – quando é do conhecimento comum que as crianças e jovens expostas/os a situações de violência estão a ser vítimas de violência psicológica bem como têm maiores riscos de desenvolverem perturbações da ansiedade e do humor, dependência de substâncias, problemas académicos, entre outros;

_ Crianças que continuam a não serem ouvidas nos processos de família, onde são tomadas decisões com um impacto directo nas suas vidas, alegadamente para as proteger, para não as retraumatizar contudo, são essas mesmas crianças, que são inquiridas no âmbito dos processos crime...

É curioso como tantas vezes, quando nos sentamos para falar sobre esta temática, os exemplos que nos são devolvidos, espontaneamente, são alheios ao descrito, e em nada correspondem à realidade da nossa prática quotidiana: os homens passam a ser unicamente abusados e as mulheres unicamente as agressoras;

Perante estas evidências que aparentam dificuldades de comunicação e compreensão percebemos da urgência e necessidade de convocar as crianças e jovens à palavra. Surge assim, a candidatura ao projecto IJCC com o objectivo de aliar os direitos das crianças e os direitos das mulheres. Para o apoio na sua concretização, a UMAR e o CESIS convidaram a CIG e a CNPDPCJ para apoiarem esta candidatura que reconhece a necessidade urgente de abrir um espaço de participação às crianças e jovens já há muito consagrado e, assumindo, que só ouvindo as crianças e jovens vítimas de violência doméstica com contacto judicial e não judicial se poderiam esclarecer equívocos e prevenir a reiteração dos crimes e mesmo a morte de crianças, jovens e mulheres.

Melhor Justiça para as Crianças e Jovens em Situações de Violência Doméstica (IJCC), propôs a implementação de modelos de participação, uma metodologia que fosse ao encontro das crianças e dos jovens adultos que viveram situações de violência doméstica de forma a ouvir as suas opiniões e perceber de que modo é que o sistema judicial poderia melhorar para as e os ouvir melhor.

Como foi implementada a metodologia Power up-Power down em Portugal?

A Metodologia Power up – Power down foi primeiramente apresentada no fórum multisectorial – um grupo formado por diversas instituições que trabalhavam directa ou indirectamente com crianças ou com mulheres vítimas de violência doméstica. Foi muito enriquecedor ter organizações que habitualmente não comunicavam entre si ou não trabalhavam directamente, a discutir as suas perspectivas relativamente à forma como se poderia melhor proteger e promover os direitos das crianças na área da violência doméstica.

Depois de finalizarmos a tradução da metodologia PU-PD e a adaptarmos, começámos por contactar as técnicas de referência das casas de Abrigo. Apresentámos o projecto, e com o consentimento das mães e crianças, prosseguimos com um grupo incrível de rapazes e raparigas com idades entre os 7 e os 11 anos de idade.

Realizámos as seis sessões power up – power down no espaço “Universo D” da Câmara Municipal de Lisboa - um espaço dedicado a crianças e jovens. Implementámos uma sessão zero que foi dinamizada pelas próprias técnicas do “Universo D” em que nos guiaram pela actividade “travessia pelos direitos” – uma viagem pelos direitos mais importantes da Convenção dos Direitos da Criança. Este foi um momento muito importante para o grupo se familiarizar connosco e com o espaço.

Antes de começarmos as sessões, debatemos com as crianças assuntos muito importantes: as regras de ouro sobre segurança e confidencialidade, a data final do projecto, avaliações, o setting que incluía pausas e um microfone que poderiam utilizar para dar voz aos seus pensamentos sempre que tivessem essa necessidade.

Ao longo do projecto, o grupo aderiu muito bem a algumas actividades como o saco de poder (em que eram debatidos conceitos de poder) e a corrente do poder (em que se tinha de escolher entre várias personalidades, quem tinha mais e menos poder).

Convidámos o grupo a fazer mudanças no storyboard (um dos instrumentos da metodologia) e as crianças propuseram várias mudanças. O grupo foi também convidado a pensar sobre

formas de garantir uma melhor audição das crianças nos tribunais. Concordaram em atribuir algumas características que consideraram fundamentais à personagem Graça, a super-ouvinte: “usa roupa colorida”, é engraçada, é alguém que percebe o que estás a dizer-lhe, consegue comunicar às pessoas certas a forma como te sentes, presta atenção, entre outros resultados que pode verificar no site da UMAR – IJCC (<http://ijcc.umarfeminismos.org/>).

O Grupo de Jovens Especialistas– Um segundo modelo de participação

Após a aplicação da metodologia Power Up / Power Down, iniciamos a constituição de um grupo de jovens mais velho. Convidámos cinco jovens adultos e adultas que experienciaram violência doméstica na sua infância e/ou adolescência e que tivessem tido contacto com o sistema judicial ou não judicial. A missão do grupo seria constituir-se como uma instância consultora do projecto tendo sido convidadas/os a discutir, apoiar e rejeitar muitas das acções que estavam a ser ou viriam a ser implementadas. Chamámos a este grupo os jovens especialistas e muitas das suas sugestões estão em estreito alinhamento com o seguinte:

- _ a necessidade que as crianças têm em ser ouvidas nos processos judiciais, sentindo-se ao mesmo tempo seguras e confortáveis.
- _ profissionais com um determinado conhecimento e perfil, capazes de estabelecer uma relação empática e compreender a criança na situação em que se encontra, dando-lhes a oportunidade para expressar os seus pontos de vista;
- _ as crianças referem que nem sempre se sentem suficientemente protegidas e referem com frequência o desconhecimento e/ou incompreensão sobre o que lhes vai acontecer.

Com a colaboração do Grupo de Jovens Especialistas dispusemo-nos a contribuir com propostas para melhorar o modo como as crianças e jovens vítimas de violência doméstica eram ouvidas/os no sistema de justiça. Antes de iniciarmos essa tarefa, tivemos três sessões de carácter mais exploratório e formativo; conversamos sobre muitos assuntos e temáticas diferentes como direitos humanos, direitos da criança, violência, poder, participação, cidadania, sistema judicial português, rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica, entre outros.

A base estava lançada para realizarmos o exercício de mapeamento do sistema; nessa altura convidámos o grupo de jovens especialistas a pensar sobre como as diferentes organizações estabeleciam ligações entre si e o que poderia funcionar melhor – o grupo considerou que os advogados poderiam ter mais formação na área da VD e também identificou o sistema educativo como estando muito distante das famílias.

Entretanto a pandemia por COVID 19 começou e as nossas sessões continuaram virtualmente.

O grupo fez mudanças no storyboard, reflectiu sobre o quão importante seria que cada profissional tivesse formação na área da violência doméstica, gravar os testemunhos das crianças para memória futura, ter uma sala “amiga das crianças” onde as mesmas pudessem comunicar com o juiz (por exemplo) através de um sistema de ligação por vídeo, entre outros.

E finalmente chegámos à personagem da Super-Ouvinte, a psicóloga Graça; quisemos reflectir sobre quem eram estas pessoas nas vidas dos jovens e quais eram os atributos que faziam delas essas “super-ouvintes” (cuidadora, paciente, alguém que aceita as minhas partes boas e más, foram algumas das características apresentadas). Os jovens especialistas também referiram o quão importante seria ter uma super-ouvinte nas escolas e nos centros de saúde, dessa forma as crianças não estariam dependentes dos seus pais para aceder a este tipo de serviço. O grupo de jovens ainda fez uma óptima sugestão, indicando que estas escolas ou centros de saúde poderiam ter a “marca” super-ouvinte, por exemplo: “este centro de saúde é super-ouvinte”.

No que diz respeito às dificuldades sentidas no decorrer do projecto e soluções... Implementar a metodologia PU-PD em apenas seis sessões foi um desafio. Acreditamos que para aproveitar todo o potencial de um modelo deste género poderíamos acrescentar mais sessões, especialmente na parte inicial quando estamos a conhecer as crianças.

A comemoração dos 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança em 2020, propiciou um ambiente político de grande receptividade ao projecto o que permitiu implementar com alguma facilidade algumas das suas actividades bem como facilitou o engajamento da nossa parceria.

O comprometimento dos parceiros foi muito bom mas nem sempre se conseguiu traduzir em medidas concretas e acções efectivas. Mesmo assim, o fórum dos parceiros foi sempre uma instância muito activa e comprometida com os objectivos do projecto, tendo nalguns casos levado recomendações para as suas respectivas organizações.

Relativamente ao impacto que os modelos de participação tiveram nas organizações e funções...

Houve um grande interesse demonstrado por alguns membros do Fórum Multisectorial que demonstraram uma vontade mais urgente de implementar algumas das medidas incluídas nos planos de acção sectorial.

O projecto IJCC potenciou o trabalho em rede e reforçou ligações entre instituições – forças policiais, segurança social, ministério da justiça, entre outros. No fórum multisectorial, testemunhámos ao vivo a construção destas ligações.

Além dos encontros com os parceiros no fórum multisectorial, a nossa estratégia em Portugal foi a de promovermos reuniões bilaterais com os parceiros que demonstravam interesse em continuar com algumas das medidas identificadas nos seus planos de acção. Identificamos esta acção como uma boa prática pois foi durante estes momentos que os parceiros estavam mais receptivos a pensar sobre si próprios, sobre outros e como mudar as suas práticas.

Verdadeiramente, acreditamos que estamos apenas no princípio desta viagem!

Referências Bibliográficas:

Rosa Tomé. Promoção e Protecção. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. Disponível na internet: <URL: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/eb_PromocaoProtecao2018.pdf>. ISBN. 978-989-8908-26-1